Informações intermediárias

31 de março de 2025

Informações intermediárias

Índice

BAL. DEM DEM DEM	ATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3 4 5
Not	as Explicativas	
1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	10
4	CAIXA E EOUIVALENTES DE CAIXA	12
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12
6	PARTES RELACIONADAS	13
7	ATIVOS DE CONTRATO	
8	FORNECEDORES	
9	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15
10	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	16
11	PIS E COFINS DIFERIDOS	17
12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
13	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18
14	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	19
15	RESULTADO FINANCEIRO	19
16	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19
17	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
18	EVENTOS SUBSEQUENTES	



Centro Empresarial Iguatemi Av. Washington Soares, 55 5° andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó 60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600

ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da **Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.** Brasília - Distrito Federal

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 14 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC CE-001042/F

Mothália Aranjo Dominques

Nathália Araújo Domingues Contadora CRC CE-020833/O

Balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.027	78.806	Fornecedores	8	9.799	10.098
Aplicações financeiras	5	177.859	156.120	Empréstimos e financiamentos	9.1	27.280	26.762
Contas a receber de clientes		23.273	22.939	Dividendos a pagar	6	9.019	9.019
Serviços pedidos		1.224	1.224	Impostos e contribuições a recolher		1.554	1.469
Impostos e contribuições a recuperar		403	403	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		10.097	7.375
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		18.108	11.461	PIS e COFINS diferidos	11	5.799	5.688
Adiantamento a fornecedores		-	1	Encargos setoriais		1.950	1.830
Outros créditos a receber		5.398	3.858	Outras contas a pagar		5.974	5.820
Ativos de contrato	7	168.888	169.499		_	71.472	68.061
Total do ativo circulante		476.180	444.311	Total do passivo circulante	_		
Não circulante		-		Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		-	3	Empréstimos e financiamentos	9.1	541.394	539.856
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		54	54	PIS e COFINS diferidos	11	121,271	120.378
Intangível		1.211	1.225	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10.2	268.226	263.298
Ativos de contrato	7	1.204.832	1.193.371	Outras contas a pagar		1.651	1.651
Total do ativo não circulante		1.206.097	1.194.653	Total do passivo não circulante	_	932.542	925.183
				Patrimônio líquido			
				Capital social	12.1	104.770	104.770
				Resultado do exercício/período		32.543	
				Reserva de lucros		540.950	540.950
					-	678.263	645.720
Total do ativo		1.682.277	1.638.964	Total do passivo e patrimônio líquido	-		
					_	1.682.277	1.638.964

Demonstração do Resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Receita de implementação, operação, manutenção e outras, líquidas	13	2.784	(59)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	13	44.880	44.729
Receita operacional líquida		47.664	44.670
Custo dos serviços prestados	14	(1.812)	(665)
Lucro bruto		45.852	44.005
Despesas gerais e administrativas	14	(352)	(180)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(5)
Total de despesas operacionais		(352)	(185)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		45.500	43.820
Receitas financeiras	15	7.597	4.629
Despesas financeiras	15	(15.143)	(15.154)
Resultado financeiro		(7.546)	(10.525)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		37.954	33.295
Imposto de renda e contribuição social - correntes	10	(483)	(2.540)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10	(4.928)	(4.968)
Impostos sobre o lucro		(5.411)	(7.508)
Lucro líquido do exercício		32.543	25.787
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações -R\$		0,30653	0,24290
Quantidade de ações no final do exercício - em R\$ mil		106.165	106.165

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	32.543	25.787
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	<u> </u>	
Total de outros resultados abrangentes	32.543	25.787

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros						
	Notas	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		104.770	20.706	315.863	25.841	58.837	30.684	-	556.701
Lucro liquido do exercício		-	-	-	-	-	-	25.787	25.787
Saldos em 31 de março de 2024		104.770	20.706	315.863	25.841	58.837	30.684	25.787	582.488
Saldos em 31 de dezembro de 2024		104.770	20.706	307.933	45.675	58.837	107.799	-	645.720
Lucro liquido do exercício		<u> </u>	<u> </u>	<u>-</u>			<u>-</u>	32.543	32.543
Saldos em 31 de março de 2025		104.770 #	20.706 #	307.933 #	45.675 #	58.837 #	# 107.799 #	32.543 #	678.263

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

(2m minutes de reuis)	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.543	25.787
Ajuste para:		
Amortização	14	14
Remuneração de ativos de contrato	(49.583)	(51.296)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	15.109	15.245
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.243)	(4.850)
PIS e COFINS diferidos	1.004	3.136
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	483	2.540
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	4.928	4.968
	(2.745)	(4.456)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	38.399	40.104
Impostos e contribuições a recuperar	3	_
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	1.348	(252)
Adiantamento a fornecedores	1	2
Outros créditos a receber	(1.540)	(1.242)
Fornecedores	(299)	(534)
Impostos e contribuições a recolher	85	(63)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	2.239	(101)
Encargos setoriais	120	146
Outras contas a pagar	154	(3.036)
	40.510	35.024
Rendimentos de aplicações financeiras	7.243	4.850
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(6.627)	(6.609)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(7.995)	(1.349)
	(7.379)	(3.108)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.386	27.460
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	(21.739)	(20.074)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(21.739)	(20.074)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.426)	(6.020)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(6.426)	(6.020)
Assessants and action a continuous de action	2 221	1.266
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	2.221	1.366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78.806	53.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81.027	54.952
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	2.221	1.366

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Receita de remuneração de ativos de contrato	49.583	51.296
Receita de operação e manutenção	3.575	487
Outras receitas		
	53.158	51.783
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(4.440)	(500)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.448)	(608)
	(1.448)	(608)
Valor adicionado bruto	51.710	51.175
Amortização	(14)	(14)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	51.696	51.161
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.967	4.855
	7.967	4.855
Valor adicionado total a distribuir	59.663	56.016
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	660	212
Benefícios	30	-
FGTS	2	-
	692	212
Impostos, taxas e contribuições Federais	11 204	14.962
rederais	11.284 11.284	14.862
Remuneração de capitais de terceiros	11,204	14.802
Juros	15.110	15.244
Aluguéis	1	1
Outros	33	(90)
	15.144	15.155
Remuneração de capitais próprios		
Lucro liquido do exercício	32.543	25.787
	32.543	25.787
Valor adicionado	59.663	56.016

Notas explicativas às informações intermediárias 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. tendo como controladora final a Equatorial S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 6, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, em 500 kV (*), com extensão aproximada de 330(*) quilômetros.

A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) 3.348/2024 estabeleceu para a Companhia, para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, RAP de R\$ 153.550.

(*) Não revisada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 014/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de fevereiro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de março de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2025.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir do início do período de relatório atual. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias.

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS n° 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS n° 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia está analisando os possíveis impactos na elaboração da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	4.129	4.202
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	76.898	74.604
Total	81.027	78.806

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025 equivale a 102,99% do CDI (102,99% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	161.543	140.270
Recursos vinculados (b)	16.316	15.850
Total	177.859	156.120

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2025 equivale a 102,27% do CDI (97,79% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	31		1/03/2025	31/12/2024	31/03/2024	
Empresas	Nota	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	
Contas a receber (RAP)						
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	146	-	140	_	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	198	_	196	_	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	106	_	103	_	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	99	_	86	_	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	277	_	280	_	
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (CEA)	(a)	34	-	23	_	
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	249	_	318	_	
Total	()	1.109		1.146		
Outras contas a receber		1.105		1.140		
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2	2	12	2	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3	3	11	3	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	8	8	3	3 1	
	(-)	0	0	1		
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)		<u> </u>		1	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEED	(b)	5	5	1	1	
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (CEA)	(b)	4	4	1	-	
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	5	4	4	-	
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	4	4	6	-	
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	7	7	4	-	
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	84	84	71	-	
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	36	37	41	-	
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	14	15	15	-	
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	27	27	5		
Total		199	200	175	8	
Outras contas a pagar						
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		(51)	(51)	(56)	(75)	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(24)	(24)	(21)	(26)	
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(8)	(8)	(17)	(11)	
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(9)	(9)	(9)	(10)	
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	(9)	(9)	(17)	(8)	
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (CEA)	(b)	(4)	(4)	(5)	(3)	
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(10)	(11)	(6)	` <u>-</u>	
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(28)	(28)	(17)	_	
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(9)	(9)	(3)	_	
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(537)	(538)	(458)	(4)	
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	(115)	(115)	(127)	-	
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(62)	(62)	(38)	_	
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(24)	(25)	(49)	_	
Controladora indireta	(6)	(24)	(23)	(47)		
Equatorial Energia S.A.	(d)	_	_	_	155	
Total	(u)	(890)	(893)	(823)	18	
Fornecedores		(050)	(0,0)	(023)		
Entidade é membro do mesmo grupo econômico						
Equatorial Serviços S.A.	(c)	_	_	_	(4)	
Total	(0)		_ _		(4)	
Total					(4)	
Dividendos a pagar						
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(9.019)		(9.019)		
Total		(9.019)	<u></u>	(9.019)	<u> </u>	

a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (e) Valor refere-se à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025 e 2024. Em 24 de abril de 2025 conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.019, sendo R\$ 1.089 de dividendos mínimos e R\$ 7.930 de realização de reservas de lucros a realizar, conforme divulgado na nota explicativa nº 13 Dividendos a pagar das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

6.1 Remuneração das pessoas chave da administração

O pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho de Administração e quatro membros na Diretoria Executiva, remunerados pela sua controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o período findo de 31 de março de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 71 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2024).

Os diretores não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7 Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2024	Remuneração (a)	Amortização (b)	31/03/2025
Ativos de contrato em serviço	1.362.870	49.583	(38.733)	1.373.720
Total	1.362.870	49.583	(38.733)	1.373.720
Circulante	169.499			168.888
Não circulante	1.193.371			1.204.832

⁽a) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA): e

8 Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2025	31/12/2024
Materiais e serviços (a)	9.799	10.098
Total (b)	9.799	10.098

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.

O saldo de fornecedores sem risco sacado é de R\$ 9.788 em 31 de março de 2025 (R\$ 10.115 em 31 de dezembro de 2024), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 38 dias (37 dias em 31 de dezembro de 2024).

⁽b) A amortização dos ativos de contrato decorre da soma do recebimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento, cujo valor acumulado, para o período findo em 31 de março de 2025, foi de R\$ (42.308); e a receita de operação e manutenção no valor de R\$ 3.575, para o mesmo período.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

O saldo de fornecedores – risco sacado, ou seja, que fazem acordo de financiamento de fornecedores, R\$ 11 em 31 de março de 2025 (R\$ 308 em 31 de dezembro de 2024), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 60 dias (60 dias em 31 de dezembro de 2024). A totalidade do saldo já foi recebida pelos fornecedores por meio da instituição parceira considerando a própria modalidade de risco sacado.

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. A participação no acordo de financiamento é opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a Companhia quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. A Companhia não fornece garantias à instituição financeira. Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de "rebates financeiros".

9 Empréstimos e financiamentos

9.1 Composição do saldo

			-	31/03/2025	
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia (a)	Principal e encargos		
BNDES			Circulante	Não circulante	Total
Saldo de principal	IDCA + 4.020/	Parahirais I Canto masamus I A a a a	27.340	542.402	569.742
(-) Custo de captação	IPCA + 4,93%	Recebíveis + Conta reserva+ Ações	(60)	(1.008)	(1.068)
Total			27.280	541.394	568.674
				31/12/2024	
Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia (a)		Principal e encargos	
BNDES			Circulante	Não circulante	Total
Saldo de principal	IDCA + 4.020/	Parahénsia / Canta masamus / A sãos	26.822	540.879	567.701
(-) Custo de captação	IPCA + 4,93%	Recebíveis + Conta reserva+ Ações	(60)	(1.023)	(1.083)
Total			26.762	539.856	566.618

9.1.1 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.762	539.856	566.618
Encargos	6.631	-	6.631
Variação monetária	386	8.077	8.463
Transferências	6.539	(6.539)	-
Amortizações de principal	(6.426)	-	(6.426)
Pagamentos de juros	(6.627)	-	(6.627)
Custo de captação (a)	15	-	15
Saldos em 31 de março de 2025	27.280	541.394	568.674

⁽a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

9.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	31/03/2025	
Vencimento	Valor	%
Circulante	27.280	5%
2026	20.078	4%
2027	27.317	5%
2028	27.811	5%
2029	28.405	5%
De 2030 até 2042	438.791	76%
Subtotal	542.402	95%
Custo de captação (Não circulante)	(1.008)	0%
Não circulante	541.394	95%
Total	568.674	100%

9.3 *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Em 31 de março de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro do limite estipulado no contrato.

10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

10.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2025		31/03/2	024
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	37.954	37.954	33.295	33.295
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(9.488)	(3.416)	(8.324)	(2.997)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	164	59	4	-
Incentivo PAT	1	-	1	-
IRPJ Subvenção Governamental	7.269	-	3.808	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(2.054)	(3.357)	(4.511)	(2.997)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	5%	9%	14%	9%
Imposto Corrente	1.570	(2.053)	(858)	(1.682)
Imposto Diferido	(3.624)	(1.304)	(3.653)	(1.315)

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

		31/03/2025		
	31/12/2024	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Passivo fiscal diferido
Custo/ Receita - CPC 47 Provisão para participação nos lucros, honorários e licença	(263.316)	(4.924)	(268.240)	(268.240)
prêmio	18	(4)	14	14
Total	(263.298)	(4.928)	(268.226)	(268.226)

11 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	31/03/2025	31/12/2024
Base de cálculo da receita Receita de remuneração ativo de contrato	49.583	193.585
PIS/COFINS sobre a receita do período (9,25%) (i) / (a)	4.586	17.906
Amortização de PIS/COFINS (ii)	(3.582)	(37.182)
Saldo no início do período (iii)	126.066	145.342
Saldo no final do período (i + ii +iii)	127.070	126.066
Circulante Não circulante	5.799 121.271	5.688 120.378

⁽a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 13 – Receita operacional líquida.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, o capital social subscrito é de R\$ 106.165 e totalmente integralizado é de R\$ 104.770.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, o capital está representado por 106.164.713 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 150.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

12.2 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2025	31/03/2024
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
Numerador:		
Lucro líquido do período	32.543	25.787
Denominador:		
Média ponderada por classe de ações	106.165	106.165
Lucro básico e diluído por ação	0,30653	0,24290

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis.

13 Receita operacional líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita de implementação, operação, manutenção e outras		
Receita de Operação e Manutenção (b)	3.575	487
	3.575	487
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(267)	(33)
Encargos do consumidor (a)	(524)	(513)
	(791)	(546)
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	2.784	(59)
Receita de remuneração de ativo de contrato		
Remuneração de ativos de contrato	49.583	51.296
PIS/COFINS corrente	(3.699)	(3.431)
PIS/COFINS diferidos (c)	(1.004)	(3.136)
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas	44.880	44.729
Receita operacional líquida	47.664	44.670

⁽a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

13.1 Margens das obrigações de performance

	31/03/2025	31/03/2024
Operação e manutenção		
Receita (líquida de PIS e COFINS	3.226	440
Custo	(1.776)	(641)
Margem (R\$)	1.450	(201)
Margem percebida (%) (*)	44,95%	-45,68%
Margem orçada no início do contrato (%)	42,25%	42,25%

^(*) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento.

⁽b) A variação é decorrente da nova metodologia aplicada no primeiro trimestre de 2024, consequentemente reduzindo a receita de operação; e

⁽c) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 1.004 para o período de findo em 31 de março de 2025 (R\$ 3.136 em 31 de março de 2024).

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

14 Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

_	31/03/2025			
	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(498)	(4)	(502)	(199)
Material	(7)	-	(7)	-
Serviços de terceiros	(1.271)	(5)	(1.276)	(129)
Amortização do ativo intangível	-	(14)	(14)	-
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(1)
Outros	-	(13)	(13)	(23)
Total	(1.776)	(36)	(1.812)	(352)

_	31/03/2024			
	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(197)	(3)	(200)	(27)
Material	(3)	-	(3)	-
Serviços de terceiros	(441)	(7)	(448)	(128)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(1)
Amortização do ativo intangível	-	(14)	(14)	-
Outros		<u> </u>	-	(24)
Total	(641)	(24)	(665)	(180)

15 Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024	
Receitas financeiras			
Rendimento de aplicação financeira (a)	7.243	4.850	
PIS/COFINS sobre receita financeira	(370)	(226)	
Outras receitas financeiras	724	5	
Total de receitas financeiras	7.597	4.629	
Despesas financeiras			
Encargos da dívida	(6.646)	(6.629)	
Variação monetária da dívida	(8.464)	(8.616)	
Despesas financeira com P&D	(13)	(45)	
Outras despesas financeiras	(20)	136	
Total de despesas financeiras	(15.143)	(15.154)	
Resultado financeiro	(7.546)	(10.525)	

⁽a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente a melhora do caixa e aplicações da Companhia em comparação ao mesmo período acumulado até 31 de março de 2025;

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

16.2 Norma de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024 estão identificados conforme a seguir:

			31/03/2025		31/12/2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos	Contábil	Valor	Contábil	Valor
		financeiros		justo		justo
Caixa e depósitos bancários	-	Custo amortizado	4.129	4.129	78.806	78.806
Caixa e equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	76.898	76.898		
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	177.859	177.859	156.123	156.123
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	23.273	23.273	22.939	22.939
Total do ativo			282.159	282.159	257.868	257.868
			31/03/2025		31/12/2024	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos	Contábil	Valor	Contábil	Valor
		financeiros		justo		justo
Fornecedores		Custo amortizado	9.799	9.799	10.098	10.098
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	568.674	569.742	566.618	567.700
Debêntures	2	Custo amortizado	-	-	-	104.167
Total do passivo			578.473	579.541	576,716	681.965

- Caixa Depósitos bancários são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.
- Equivalentes de caixa são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo;
- Aplicações financeiras são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

- Contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- Fornecedores decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- Empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;

16.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A.

Para o período findo em 31 de março de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

17 Demonstrações dos fluxos de caixa

17.1 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	31/03/2025
Empréstimos e financiamentos	566.618	(6.426)	(6.627)	15.109	568.674
Dividendos a pagar	9.019	-	-	-	9.019
Total	575.637	(6.426)	(6.627)	15.109	577.693

^(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

^(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, e reconhecimento de dividendos a pagar no fim do período.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação 31 de março de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

18 Eventos subsequentes

A Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, e a Infraestrutura e Energia Brasil S.A, na qualidade de compradora e subsidiária da Verene Energia S.A., uma companhia de portfólio do Caisse de dépôt Et placement du Québec (CDPQ) acordaram, em 04 de abril de 2025, os termos e as condições da venda da totalidade das ações de emissão da Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A. e única acionista de 06 (seis) SPEs de ativos de transmissão e da Equatorial Transmissora Holding S.A. (Transmissoras).

No âmbito da Operação, o enterprise value é de até R\$ 9.395, que considera um equity value de até R\$ 5.188 que será corrigido pelo CDI de junho de 2025 até o efetivo fechamento, sujeitos às regras de ajuste de preço previstas no Contrato.

Adicionalmente, a dívida líquida dos ativos de transmissão em dezembro de 2024 era de R\$ 2.862, que será ainda ajustada de junho de 2025 até o fechamento por efeitos de pagamento dos dividendos declarados e redução de capital do caixa excedente. Sendo assim, o caixa gerado no período (janeiro a junho de 2025) será mantido pela Equatorial S.A.

Como parte da estrutura da operação, haverá uma reorganização societária para segregação da Echoenergia Participações S.A., Echoenergia Crescimento S.A. e Equatorial Renováveis S.A. da holding Equatorial Transmissão S.A., que serão controladas diretamente pela Equatorial S.A. A operação está ainda sujeita à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e por determinados credores.

Após a conclusão da operação, a Equatorial S.A. deixará de deter qualquer participação direta e/ou indireta na Equatorial Transmissão S.A. e suas controladas.

Distribuição de dividendos adicionais

Em 24 de abril de 2025, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos adicionais de R\$ 107.799, oriundos do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima Diretor de Relações com Investidores

> Cristiano de Lima Logrado Diretor

> > Nierbeth Costa Brito Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto Superintendente de Ativos e Contabilidade Contador CRC MA-011842/O-3 S-DF